

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

1 Chamava-se João Teodoro, só. O mais pacato e modesto dos homens. Honestíssimo e lealíssimo, com um defeito apenas: não dar o mínimo valor a si próprio. Para João
4 Teodoro, a coisa de menos importância no mundo era João Teodoro.

Nunca fora nada na vida, nem admitia a hipótese de
7 vir a ser alguma coisa. E por muito tempo não quis nem sequer o que todos ali queriam: mudar-se para terra melhor. Mas João Teodoro acompanhava com aperto de coração o
10 depercimento visível de sua Itaoca.

“Isto já foi muito melhor”, dizia consigo. “Já teve três médicos bem bons — agora só um e bem ruinzote. Já teve
13 seis advogados e hoje mal dá serviço para um rábula ordinário como o Tenório. Nem circo de cavalinhos bate mais por aqui. A gente que presta se muda. Fica o restolho. Decididamente,
16 a minha Itaoca está se acabando...”

João Teodoro entrou a incubar a ideia de também mudar-se, mas para isso necessitava dum fato qualquer que
19 o convencesse de maneira absoluta de que Itaoca não tinha mesmo conserto ou arranjo possível.

“É isso”, deliberou lá por dentro. “Quando eu verificar
22 que tudo está perdido, que Itaoca não vale mais nada de nada de nada, então arrumo a trouxa e boto-me fora daqui.”

Um dia aconteceu a grande novidade: a nomeação de
25 João Teodoro para delegado. Nosso homem recebeu a notícia como se fosse uma porretada no crânio. Delegado, ele! Ele que não era nada, nunca fora nada, não queria ser nada, não
28 se julgava capaz de nada...

Ser delegado numa cidadinha daquelas é coisa seriíssima. Não há cargo mais importante. É o homem que
31 prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o Governo. Uma coisa colossal ser delegado — e estava ele, João Teodoro, de-le-ga-do de
34 Itaoca!...

João Teodoro caiu em meditação profunda. Passou a noite em claro, pensando e arrumando as malas. Pela
37 madrugada botou-as num burro, montou no seu cavalo magro e partiu.

Antes de deixar a cidade foi visto por um amigo
40 madrugador.

— Que é isso, João? Para onde se atira tão cedo, assim de armas e bagagens?

43 — Vou-me embora — respondeu o retirante. — Verifiquei que Itaoca chegou mesmo ao fim.

— Mas, como? Agora que você está delegado?

46 — Justamente por isso. Terra em que João Teodoro chega a delegado eu não moro. Adeus.

E sumiu.

Monteiro Lobato. **Um homem de consciência**. In: **Contos completos/Monteiro Lobato**. 1.ª ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto, julgue os itens de 1 a 9.

- 1 Infere-se do trecho “O mais pacato e modesto dos homens. Honestíssimo e lealíssimo, com um defeito apenas: não dar o mínimo valor a si próprio” (linhas de 1 a 3) que João Teodoro era um homem simplório.
- 2 De acordo com o texto, os habitantes de Itaoca consideravam que João Teodoro reunia as qualidades necessárias para ser um bom delegado.
- 3 No trecho “Chamava-se João Teodoro, só” (linha 1), o termo “só” qualifica o sujeito da oração, “João Teodoro”, caracterizando o personagem principal da história como um indivíduo solitário.
- 4 O parágrafo constituído pelo trecho “Ser delegado numa cidadinha daquelas é coisa seriíssima. Não há cargo mais importante. É o homem que prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o Governo. Uma coisa colossal ser delegado — e estava ele, João Teodoro, de-le-ga-do de Itaoca!” (linhas de 29 a 34) marca o momento em que João Teodoro decide deixar Itaoca, por verificar que não estava à altura de um cargo tão importante como o de delegado.
- 5 O trecho “com aperto de coração” (linha 9) e a forma pronominal “minha”, em “a minha Itaoca” (linha 16), revelam o afeto de João Teodoro por Itaoca; tal sentimento, contudo, não foi suficiente para fazer o personagem permanecer na cidade.
- 6 No texto, o emprego do grau superlativo nos adjetivos “Honestíssimo” (linha 2), “lealíssimo” (linha 2) e “seriíssima” (linha 30) expressa ironia.
- 7 A nomeação de João Teodoro como delegado consistiu no fato de que ele necessitava para ser convencido, definitivamente, de que Itaoca não tinha conserto ou arranjo possível.
- 8 Infere-se do texto que a decisão de João Teodoro de se mudar de cidade não foi impensada nem repentina, mas determinada pela reflexão, o que se evidencia nos trechos “João Teodoro entrou a incubar a ideia de também mudar-se” (linhas 17 e 18), “deliberou lá por dentro” (linha 21) e “João Teodoro caiu em meditação profunda” (linha 35).
- 9 Em “Justamente por isso” (linha 46), o termo “isso” se refere ao declínio de Itaoca, retomando a ideia presente no trecho “Itaoca chegou mesmo ao fim” (linha 44).

Acerca dos aspectos gramaticais e dos sentidos do texto apresentado, julgue os itens de 10 a 20.

- 10 O trecho “Nunca fora nada na vida, nem admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa” (linhas 6 e 7) poderia ser reescrito da seguinte maneira, mantendo-se sua correção gramatical e a coerência textual: **Nunca havia sido nada na vida, tampouco admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa**.
- 11 Sem prejuízo dos sentidos originais do texto, o termo “depercimento” (linha 10) poderia ser substituído por **desprendimento**.

- 12 As vírgulas empregadas no trecho “que prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o Governo” (linhas de 30 a 32) separam orações que desempenham a mesma função sintática.
- 13 No trecho “Fica o restolho” (linha 15), a expressão “o restolho” exerce a função sintática de objeto direto.
- 14 O trecho “Quando eu verificar que tudo está perdido, que Itaoca não vale mais nada de nada de nada” (linhas de 21 a 23) apresenta valor condicional.
- 15 Seria preservada a correção gramatical do trecho “a ideia de também mudar-se” (linhas 17 e 18) caso o termo “se” fosse deslocado para antes de “mudar” — escrevendo-se **a ideia de também se mudar**.
- 16 Seria gramaticalmente correta e manteria o sentido original do texto a seguinte reescrita do trecho “Já teve três médicos bem bons” (linhas 11 e 12): **Já houveram três médicos bem bons**.
- 17 Na linha 32, a expressão “Uma coisa colossal” exerce a função de sujeito de “ser”.
- 18 Os dois-pontos subsequentes a “um defeito apenas” (linhas 2 e 3), “o que todos ali queriam” (linha 8) e “a grande novidade” (linha 24) foram empregados, em todas essas ocorrências, com a finalidade de introduzir um trecho que apresenta um esclarecimento.
- 19 Na linha 18, o emprego da preposição **de**, presente na contração “dum”, deve-se à regência da forma verbal “necessitava”.
- 20 No trecho “Terra em que João Teodoro chega a delegado eu não moro” (linhas 46 e 47), o emprego da preposição “em”, logo após “Terra”, deve-se à regência da forma verbal “moro”.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Julgue os itens de **21** a **25**, relativos aos conceitos de *hardware*, ao sistema operacional Windows 10 e ao programa Microsoft Word 2013.

- 21 A unidade central de processamento (CPU) necessita de uma área de memória para armazenar alguns resultados e algumas referências enquanto processa informações.
- 22 A memória é o único componente responsável por fornecer alta *performance* e velocidade de processamento a um computador.
- 23 Ao criar uma senha no Windows 10 para fins de *logon*, não é permitido que o usuário digite a sua senha exata como dica.
- 24 O Windows 10 possui uma barra com os ícones de todos os programas instalados. Essa barra chama-se Charms e está localizada na lateral direita da tela.
- 25 Os comandos , do Word 2013, disponíveis na guia Página Inicial > Parágrafo, possuem, respectivamente, as seguintes funções: alinhar à esquerda; justificar; e alinhar à direita.

No que diz respeito aos conceitos de redes de computadores, aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e aos procedimentos de *backup*, julgue os itens de **26** a **30**.

- 26 A ligação física de uma WAN ponto a ponto a um ISP (*Internet Service Providers*) permite que o usuário se torne parte da Internet.
- 27 O FTP (*File Transfer Protocol*) é o protocolo de transferência de hipertexto. É ele que permite a navegação na *Word Wide Web*.
- 28 No sistema operacional Windows, as extensões de arquivo bin e csv representam, respectivamente, o formato do arquivo de lote do computador e o formato do arquivo de biblioteca de vínculo dinâmico.
- 29 No processo de compactação de arquivos, quanto maior for a taxa de compressão, menor será o tamanho do arquivo comprimido.
- 30 Procedimentos como realizar *backups* e manter as mídias dos *backups* em locais seguros facilitam a sua recuperação em caso de necessidade.

Se “O Dunga é dengoso e o Soneca não é mestre se, e somente se, a Branca de Neve é feliz.” uma proposição verdadeira e “Se a Branca de Neve é feliz, então o Atchim é zangado ou o Soneca é mestre” uma proposição falsa, julgue os itens de **31** a **35**.

- 31 A Branca de Neve é feliz.
- 32 O Dunga é dengoso.
- 33 O Atchim é zangado.
- 34 O Soneca é mestre.
- 35 A proposição “Se o Soneca é mestre, então a Branca de Neve é feliz.” é falsa.

Considerando uma esfera com 36π metros cúbicos de volume, julgue os itens de **36** a **40**.

- 36 O raio dessa esfera é igual a 3 metros.
- 37 Se um cone tiver o raio da sua base igual ao raio de uma esfera, para que o seu volume seja igual ao volume da esfera, será necessário que sua altura seja igual a 120 centímetros.
- 38 Se se duplicar o raio dessa esfera, o seu volume aumentará em 700%.

Considere-se que o conjunto A seja dado por $A = \{-3, -1, 1, 7, 10\}$, o conjunto B seja o conjunto de todos os números naturais e o conjunto C seja o conjunto de todos os números racionais. Com base nessas informações, julgue os itens **39** e **40**.

- 39 O conjunto $A \cap B \cap C$ é o conjunto vazio.
- 40 $A \cap B = A - \{-1, -2, -3\}$.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No que concerne à ética no serviço público, julgue os itens **41 e 42**.

- 41** O servidor público deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, seu poder ou sua autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- 42** Toda ausência, ainda que justificada, do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.

Acerca da Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens de **43 a 52**.

- 43** As entidades privadas para cuja criação ou custeio o erário público haja concorrido no seu patrimônio ou na sua receita atual não estão sujeitas às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, tendo em vista que não integram a administração indireta.
- 44** Não configura improbidade administrativa a ação ou a omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevacente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- 45** Apenas os agentes políticos integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo sujeitam-se às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- 46** O herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que enriquecer ilícitamente deverá repará-lo integralmente.
- 47** Permitir ou facilitar a aquisição, a permuta ou a locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 48** As sanções aplicadas a pessoas jurídicas não estão adstritas ao princípio constitucional do *non bis in idem*.
- 49** Constitui crime a representação, por ato de improbidade, contra agente público quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- 50** É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa.
- 51** Haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade, independentemente de comprovação da má-fé do denunciante.
- 52** A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

À luz do que dispõe a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens de **53 a 58**.

- 53** Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, independentemente de exigência legal.
- 54** Em inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou da autoridade responsável pelo processo deverão ser praticados no prazo improrrogável de cinco dias.

- 55** Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
- 56** Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados deverão realizar-se do modo menos oneroso para estes.
- 57** Os prazos processuais começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.
- 58** Em quaisquer hipóteses, a desistência do interessado no prosseguimento do processo administrativo prejudicará a sua resolução, ainda que haja interesse público envolvendo a questão.

Tendo em vista o disposto na Lei n.º 12.527/2011 e no Decreto n.º 7.724/2012, julgue os itens de **59 a 63**.

- 59** Os órgãos e as entidades deverão criar um serviço de informações ao cidadão (SIC), com o objetivo de, entre outros, receber e registrar pedidos de acesso à informação.
- 60** A informação em poder dos órgãos e das entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada em grau ultrassecreto, secreto ou reservado.
- 61** O prazo máximo de classificação da informação em grau reservado é de 25 anos.
- 62** O acesso à informação classificada como sigilosa desobriga aquele que a obteve de resguardar o sigilo.
- 63** A classificação do sigilo das informações no grau ultrassecreto é de competência exclusiva do presidente da República.

Com relação à Lei n.º 3.820/1960, julgue os itens de **64 a 70**.

- 64** Os presidentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Farmácia prestarão, anualmente, suas contas perante o Tribunal de Contas da União.
- 65** Cada conselheiro federal será eleito, em seu estado de origem, juntamente com um suplente.
- 66** A eleição para o Conselho Federal e para os Conselhos Regionais far-se-á por meio do voto direto e secreto, por maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta dos inscritos.
- 67** As empresas e os estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico não se sujeitam à fiscalização do Conselho Regional de Farmácia.
- 68** Caso o interessado tenha de exercer, temporariamente, a profissão em outra jurisdição, ele ficará dispensado de apresentar sua carteira perante o respectivo Conselho Regional.
- 69** As empresas que exploram serviços para os quais são necessárias atividades profissionais farmacêuticas estão isentas do pagamento de anuidades, desde que contratem mais de três profissionais.
- 70** O poder de punir disciplinarmente compete, com exclusividade, ao Conselho Regional em que o faltoso estiver inscrito ao tempo do fato punível em que incorreu.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Resolução n.º 531/2010 do Conselho Federal de Farmácia estabelece normas e procedimentos orçamentários, contábeis e financeiros a serem observados no âmbito daquela autarquia. A respeito desse assunto, julgue os itens de **71 a 74**.

- 71** Para efeito de contabilização, entende-se como material permanente aquele com durabilidade igual ou superior a dois anos, sendo parâmetros para a sua identificação a fragilidade e a perecibilidade, entre outros.
- 72** Um dos objetivos do Sistema de Controle Interno dos Conselhos de Farmácia é avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de trabalho. Um dos componentes desse Sistema é a Controladoria, composta por, no máximo, três funcionários do quadro efetivo.
- 73** Para a correção dos débitos referentes às anuidades de pessoas físicas e jurídicas, assim como das multas aplicadas, será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 74** Com relação à repartição das anuidades devidas por pessoas físicas, 25% dos valores arrecadados pertencem ao Conselho Federal de Farmácia e 75%, ao respectivo Conselho Regional de inscrição. O mesmo percentual aplicar-se-á à correção, às multas e aos juros aplicados sobre essas receitas.

A Constituição Federal de 1988 elencou os orçamentos como ferramentas de gestão à disposição dos gestores para a realização de programas que visem a aumentar o bem-estar da população. Acerca desse tema, julgue os itens de **75 a 80**.

- 75** Os projetos de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual poderão ser apresentados ao Poder Legislativo por meio de ação popular.
- 76** A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas estatais e o orçamento da seguridade social, este último contemplando um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- 77** Pelo princípio orçamentário da exclusividade, a lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão das receitas e à fixação das despesas. No entanto, a Constituição Federal excetua tal regra, ao permitir que haja, no próprio texto da lei orçamentária anual, autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e para a contratação de operações de crédito.
- 78** As entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiros, a exemplo de depósitos, cauções, retenções e consignações, são consideradas, pela Lei n.º 4.320/1964, como receitas extraorçamentárias, não constando, portanto, da lei orçamentária anual.
- 79** Os empréstimos compulsórios são uma espécie de tributo cuja competência constitucional para a instituição e a cobrança é reservada à União ou aos estados/Distrito Federal, não podendo os municípios, em hipótese alguma, instituir tal tributo.
- 80** Na sistemática de tributação não cumulativa, os impostos e as contribuições recuperáveis deverão ser adicionados ao valor pago pela mercadoria adquirida, a fim de mensurar seu custo.

Receitas orçamentárias:

	Previstas	Arrecadadas
Contribuições de melhoria	1.250,00	1.155,00
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	3.750,00	3.615,00
Amortização de empréstimos concedidos	3.125,00	2.970,00
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	12.665,00	14.775,00
Taxa de fiscalização de comércio	2.955,00	2.950,00
Remuneração de depósitos bancários	1.755,00	2.550,00
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	3.445,00	3.850,00
Cota-parte do imposto sobre circulação de mercadorias	8.785,00	9.350,00
Operações de crédito	7.535,00	7.535,00
Aluguéis e arrendamentos	4.475,00	4.125,00
Imposto sobre transmissão de bens imóveis	6.925,00	5.550,00
Fundo de participação dos municípios	14.565,00	16.275,00
Alienação de bens móveis	7.995,00	10.155,00
Taxas de inscrição em processos seletivos	2.465,00	2.115,00

Despesas orçamentárias:

	Fixadas	Empenhada/ Liquidadas	Pagas
3.1.90.04.00 contratação por tempo determinado	8.125,00	8.010,00	7.995,00
3.3.90.91.00 sentenças judiciais	4.475,00	4.320,00	4.000,00
3.1.90.18.00 vencimentos e vantagens fixas	18.445,00	17.995,00	17.500,00
3.3.50.43.00 subvenções sociais	9.325,00	9.300,00	9.250,00
4.4.90.37.00 locação de mão de obra	7.645,00	7.335,00	7.300,00
3.1.90.03.01 pensões civis	2.675,00	2.675,00	2.500,00
3.3.90.36.00 outros serviços de terceiros pessoa física	3.935,00	3.775,00	3.750,00
4.4.90.61.00 aquisição de imóveis	21.715,00	21.715,00	21.715,00
3.2.90.22.01 encargos da dívida contratual	2.695,00	2.605,00	2.605,00
3.1.90.94.00 indenizações e restituições trabalhistas	2.655,00	2.555,00	2.555,00

Considerando os quadros acima, que demonstram dados consolidados de determinado município brasileiro, relativos ao exercício financeiro de 2021 (em R\$), julgue os itens de **81 a 96**.

- 81** No exercício de 2021, houve um excesso de arrecadação no valor de R\$ 5.280,00.



- 82** No exercício de 2021, houve uma economia orçamentária da ordem de R\$ 2.520,00.
- 83** Extraí-se do balanço orçamentário do exercício de 2021 que o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 6.685,00.
- 84** Da análise do balanço orçamentário, verifica-se que houve, no exercício de 2021, capitalização de recursos correntes no valor de R\$ 15.075,00.
- 85** Ao final do exercício financeiro de 2021, houve inscrição em restos a pagar no valor de R\$ 1.115,00.
- 86** Após a elaboração do balanço orçamentário, constata-se que o município em questão descumpriu a regra de ouro constitucional na execução orçamentária do exercício de 2021.
- 87** De acordo com as regras da classificação econômica da despesa orçamentária, o montante empenhado no grupo “Outras Despesas Correntes”, no exercício de 2021, é de R\$ 16.395,00.
- 88** No exercício de 2021, foram arrecadadas receitas orçamentárias efetivas no montante de R\$ 66.310,00.
- 89** De acordo com a Portaria Conjunta STN/SOF n.º 163/2001, as receitas orçamentárias correntes classificam-se em: tributárias; de contribuições; patrimoniais; comerciais; industriais; de serviços; e transferências correntes.
- 90** Ainda de acordo com a classificação da receita orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional, contida no Manual de Contabilidade Aplicável ao Setor Público, as anuidades arrecadadas pelos Conselhos Profissionais em decorrência da fiscalização do exercício de atividades profissionais são classificadas como receitas correntes tributárias.
- 91** A contabilidade aplicada ao setor público adota, no Brasil, um regime misto para o registro das variações patrimoniais: de caixa, para as variações aumentativas; e de competência, para as variações diminutivas.
- 92** Com base na Estrutura Conceitual para a Elaboração e a Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, do Conselho Federal de Contabilidade, são elementos das demonstrações contábeis: ativo; passivo; receita; despesa; contribuição dos proprietários; e distribuição aos proprietários.
- 93** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está estruturado em oito classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam.
- 94** Pela metodologia do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, é possível debitar uma conta da classe 1 e creditar uma conta da classe 1, 2 ou 4.
- 95** Pelas regras de funcionamento do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o registro contábil da previsão inicial da receita na natureza de informação orçamentária não envolverá lançamentos em contas das classes 7 e 8.
- 96** O registro contábil de um crédito tributário por competência, a vencer em sessenta dias, gera um lançamento a crédito na conta contábil 6.2.1.1.0.00.00 – Receita a realizar, do sistema orçamentário do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Quanto às demonstrações contábeis exigidas pela Lei n.º 4.320/1964 e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8.ª edição, julgue os itens de **97** a **100**.

- 97** O balanço patrimonial comporta o ativo financeiro e o ativo permanente, sendo que este último compreenderá os bens, os créditos e os valores cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa.
- 98** A demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, estejam estas relacionadas ou não à arrecadação da receita orçamentária ou à realização da despesa orçamentária, e indicará o resultado patrimonial.
- 99** No balanço financeiro, os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- 100** O balanço patrimonial será acompanhado de um quadro auxiliar denominado quadro do *superavit/deficit* financeiro, cuja finalidade é demonstrar a existência de recursos que possam ser utilizados como fonte para a abertura de créditos adicionais, segregados pela classificação de fonte/destinação de recursos.

No decorrer da execução do orçamento, podem surgir fatos não previstos quando da elaboração/discussão da lei orçamentária anual. Nessa hipótese, o gestor poderá lançar mão de créditos orçamentários adicionais para alterar o planejamento inicial. Considerando essas informações, julgue os itens de **101** a **103**.

- 101** Classifica-se como suplementar o crédito adicional destinado ao atendimento de despesas não originalmente previstas na lei orçamentária anual.
- 102** Para a abertura de créditos adicionais extraordinários, é imprescindível a autorização legislativa prévia, sob pena de nulidade do ato de abertura.
- 103** Há, na legislação pátria, a previsão de que todas as receitas e todas as despesas constarão na lei orçamentária anual pelo seu valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções. Trata-se do princípio da totalidade.

O regime de adiantamento é disciplinado pela Lei n.º 4.320/1964 e é conceituado como uma forma excepcional de aplicação de recursos públicos, por meio da qual se coloca certa quantia de numerário à disposição do servidor, denominado agente suprido, para a realização de despesas que não possam, por sua natureza, se submeter ao processo normal de aplicação. Com relação a esse tema, julgue os itens **104** e **105**.

- 104** Para ser concedido o adiantamento ao agente suprido, é necessário que haja dotação orçamentária disponível, na qual será emitido o empenho, previamente ao ato de concessão.
- 105** A restituição aos cofres públicos de saldo não utilizado pelo agente suprido, no mesmo exercício financeiro do ato da concessão do adiantamento, será contabilizada como receita orçamentária corrente, na origem de “outras receitas correntes”.

As contas de resultado mostradas a seguir foram extraídas do balancete de verificação da empresa comercial Sagitários A Ltda., ao final de exercício de 2020 (em R\$).

	Valores em R\$
Descontos incondicionais concedidos	1.300,00
Provisão para a contribuição social sobre o lucro	1.600,00
Despesas gerais e administrativas	1.750,00
Participações de debêntures	2.150,00
Receitas financeiras	300,00
Custo das mercadorias vendidas	15.500,00
Comissões de vendedores	3.250,00
Despesas financeiras	1.650,00
Receita bruta de vendas	45.000,00
PIS sobre a folha de pagamento	750,00
ICMS sobre vendas	5.400,00
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	2.700,00
Ganho na alienação de ativo imobilizado	2.150,00

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **106** a **112**.

- 106** A receita líquida de vendas da empresa, no exercício de 2020, foi de R\$ 37.550,00.
- 107** O lucro bruto da Sagitários A Ltda., no exercício de 2020, foi de R\$ 22.800,00.
- 108** De acordo com a Lei n.º 6.404/1976, o resultado antes dos tributos sobre a renda foi de R\$ 17.850,00.
- 109** No exercício de 2020, a margem líquida da Sagitários A Ltda foi superior a 15%.
- 110** Suponha-se que determinada empresa possua obrigações com terceiros em valor equivalente à metade de seu patrimônio líquido, que soma R\$ 32.500,00. Nesse caso, é correto afirmar que seu ativo total é superior a R\$ 49.000,00.
- 111** Em uma empresa comercial, a conta contábil representativa das operações de duplicatas descontadas, junto a instituições financeiras, para a liquidação no curto prazo é classificada, no ativo circulante, como redutora dos direitos de duplicatas a receber.
- 112** Quando uma sociedade anônima efetua a recompra de suas próprias ações, esses direitos não podem ser classificados como ativo, sendo, então, registrados em conta redutora do patrimônio líquido.



RASCUNHO

As seguintes informações foram extraídas das demonstrações financeiras da Cia Hassium, em 31/12/2020 (em R\$).

	Valores em R\$
Ativo circulante	5.500,00
Investimentos	2.500,00
Passivo circulante	3.450,00
Ativo imobilizado	3.000,00
Ativo intangível	1.500,00
Passivo não circulante	4.050,00

Sabendo que, nesse caso hipotético, a empresa apresentou um lucro líquido de R\$ 1.250,00 no mesmo exercício, julgue os itens de **113** a **120**.

- 113** Ao final do exercício de 2020, o índice de liquidez corrente da empresa era de 1,59, o que significa que ela dispunha de recursos correntes em quantidade suficiente para liquidar todas as suas obrigações vencíveis no exercício seguinte e ainda dispor de uma sobra.
- 114** O retorno sobre o capital próprio no exercício ficou abaixo de 20%.
- 115** O índice de endividamento geral da empresa ao final de 2020 era de 0,60, o que evidencia que seu patrimônio líquido era positivo nessa data.
- 116** Em um ambiente de economia inflacionária, mantendo-se constante a receita líquida de vendas, a utilização do método de controle de estoques PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) tende a gerar um lucro bruto maior que o apurado com a adoção do método UEPS (último que entra, primeiro que sai).
- 117** Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa de uma empresa pelo método direto, as despesas com depreciação e as perdas com equivalência patrimonial devem ser adicionadas ao saldo de caixa e aos equivalentes de caixa, ao final do exercício financeiro, para apurar o fluxo das atividades operacionais.
- 118** As informações para a confecção da demonstração do valor adicionado de uma empresa advêm principalmente da demonstração das mutações do patrimônio líquido e, em menor parte, da demonstração dos resultados do exercício.
- 119** Na contabilidade de custos, o conceito de margem de contribuição decorre da dificuldade de alocação dos custos indiretos. Assim, a margem de contribuição é a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo variável de cada produto e demonstra o quanto efetivamente cada unidade traz de sobra à empresa, entre sua receita e o custo que de fato provocou e que lhe pode ser imputado sem erro.
- 120** No ramo industrial, os gastos com a armazenagem da matéria-prima destinada à utilização no processo de fabricação deverão ser contabilizados como despesa administrativa, diante da impossibilidade de alocação desses valores no custo do produto fabricado.



PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica, de tinta **preta** ou **azul**, fabricada em material transparente. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A partir de 2008, por meio do esforço conjunto do Conselho Federal de Contabilidade e da Secretaria do Tesouro Nacional, a contabilidade pública no Brasil tem passado por um processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (as IPSAS), cujo objetivo primário é o resgate da contabilidade como ciência e do patrimônio como seu objeto de estudo. No entanto, isso deve ser feito sem deixar de observar as determinações da Lei n.º 4.320/1964, ainda plenamente em vigor, que conferem à contabilidade pública um viés eminentemente orçamentário.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Regimes contábeis: enfoque orçamentário e enfoque patrimonial

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) as diferenças conceituais entre receitas e despesas sob o enfoque orçamentário;
- b) as diferenças conceituais entre variações patrimoniais quantitativas sob o enfoque patrimonial;
- c) as diferenças, no regime de contabilização de receitas e despesas, sob os enfoques orçamentário e patrimonial e sua fundamentação normativa; e
- d) a possibilidade de serem efetuados registros de reconhecimento de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas em contas de natureza patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público sem o concomitante registro de atos e fatos orçamentários nas contas de natureza orçamentária, citando exemplos.